



TERMO DE DEPOIMENTO DA SR. ARON EFRÉN MENDES, COLHIDO NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2023, DURANTE A REALIZAÇÃO DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR, PARA APURAR DENUNCIA APRESENTADA NA FORMA DA REPRESENTAÇÃO N.º 1 / 2023.

Aron Efrén Mendes, Ex-Secretário Geral da Câmara Municipal de Unaí. Inicialmente, respondeu por quanto tempo coordenou o Procon: “Desde quando fui nomeado como Secretário Geral pelo então Presidente Zé Lucas, daí então o secretário geral era responsável pelo Procon, assim como todos os departamentos da casa”, “não me lembro certo a data”, “logo que terminou a coordenação da servidora Adelaide, começou a Edina, salvo engano, na época do vereador Paulo César”. Questionado sobre quando ficou sabendo da Representação n.º 1/2023, respondeu: “fiquei sabendo depois que eu fui notificado para testemunha”. Respondendo questionamento sobre como se deu a contratação da Sra. Marina Xavier para estagiária do Procon, disse: “certo antes eu queria pedir a senhora um parêntese e deixar claro já para desfazer qualquer ilação, eu não vim aqui para defender A e nem acusar B, eu vim aqui para falar a verdade como eu sempre falo, porque quem me conhece sabe muito bem que, para mim, a parte mais desprezível do ser humano é a falta de palavra e a mentira. Então a quem a verdade a acobertar não me interessa e a quem ela prejudicar que trema”. Se referindo a como se deu a contratação da Sra. Marina, disse: “nos moldes que se deu a contratação de todos os estagiários que já passaram pelo Procon, para quem não sabe eu vou dizer e para quem sabe eu vou repisar. Aberta a necessidade era enviado o ofício pelo departamento da Câmara feito pela servidora Sirlei, as faculdades as quais nós revezávamos, tanto INESC, quanto a FACTU. Feito isso, o diretor do curso de Direito fazia uma seleção por nota de aluno, depois de se fazer essa seleção, esses nomes eram colocados no quadro de aviso da faculdade e em seguida esse Ofício era enviado para Casa, a nomeação se dava por classificação de nota, que era um critério que a faculdade adotou e nós não tínhamos o poder de interferir”. Questionado se houve alguma interferência do Vereador Valdmix Silva ou da Vereadora Nair ou pedido especial para a contratação da Sra. Marina, disse: “não só do então Presidente Valdmix, nenhum dos Presidentes da casa nunca sequer me pediram para interferir no processo de seleção de escolha dos estagiários, até porque quem me conhece não teria coragem de fazer isso”, “ela nunca me pediu isso também”. Questionado sobre a ciência sobre o problema entre a servidora Edina e a Vereadora Nair e quais delas levou este problema até ele, respondeu: “todas e a todas, inclusive, a estagiária. Eu ofereci a possibilidade de fazer uma representação para que fosse instaurado o processo disciplinar, só que nenhuma das três quiseram na época, um até a servidora me disse que não iria fazer aquilo porque temia represálias na condição de servidora. A Vereadora Nair disse que não, que isso era problema meu e do presidente, que nós que tínhamos que resolver, que ela não queria desgaste, e a estagiária diz que não queria”. Questionado sobre o que a representante relatou para ele, respondeu: “ela me disse o seguinte: que assim que a estagiária foi recepcionada no Procon, eu gostaria até que ela tivesse aqui para que o que eu falasse eu falasse para ela e até mais coisas que se for perguntado. O que que acontece, ela me... Todos os estagiários que chegavam no PROCON, o primeiro procedimento, eles passavam pela triagem, eles aprendiam fazer o atendimento do telefone que o Procon não dispõe de telefonista próprio, igual a recepcionista da casa, e ninguém melhor do que o próprio estagiário para fazer o atendimento, que é aquele que conhece os procedimentos e, muitas das vezes, muitos atendimentos eram evitados de pessoas que moravam em outras cidades, moravam inclusive na zona rural, porque o próprio estagiário já resolvia o problema da pessoa, inclusive, os que já eram casos de procurar direto o Juizado Especial já procuravam, então todo o estagiário que chegava ele passava primeiramente pela triagem, ele conhecia o Procon, ele era levado na sala do Presidente



que, aliás os Presidentes só conheciam os estagiários, pelo menos eu presenciando, depois que eram contratados, que a gente levava lá para eles conhecerem e não diferente se deu com todos os outros na gestão do Valdmix. Então, feito isso, eh depois revezava os estagiários aqui ele vinha para cá, fazia um curso que é ofertado pelo Ministério da Justiça, depois de fazer esse curso, ele recebia uma senha para ele trabalhar no então Sindec e depois no pró consumidor, mas, até então, eles passavam pela triagem de atendimento ou poderiam escolher se tivesse mais afinidade com quem queria aprender o serviço dos estagiários”. Questionado novamente sobre o que a Sra. Edina levou de problema para ele, respondeu: “tá ela me disse o seguinte, que a estagiária, eh, não queria fazer o atendimento telefônico porque disse que não tinha sido contratada para atender telefone e foi o que a estagiária me falou também, lá na sala, por isso que eu gostaria que ela tivesse aqui, e eu peguei e disse para ela que aquele era o procedimento comum, que se acalmasse, que ela ia fazer o curso, logo em seguida ela ia receber uma senha, mas que nada impedia que, inclusive, ela acompanhasse os atendimentos, que ela não ia ficar lá todo os dias”, “ O que que aconteceu, decorrido um tempo, eh, a estagiária chegou na minha sala, salve engano três quatro dias, que foi o máximo que ela ficou lá e me relatou que tinha tido atrito com as colegas, que tinha ouvido dizer que as colegas tinham falado isso e aquilo e que as meninas não a cumprimentavam e começou a chorar na minha sala, eu me levantei, busquei um lenço, entreguei para ela e falei para ela, falei minha filha, que era a forma com a qual eu a tratava e tratava todas as minhas alunas, falei minha filha, então vamos fazer o seguinte? eu vou te colocar para estagiar em um local melhor, inclusive, a intenção primeira era que vocês viessem aqui para dentro, que nós vamos chamar mais dois ou três estagiários para ajudar a Doutora Neide, a Fernanda e a Ana Cristine. Então eu vou te levar para um local que pro seu estágio também vai ser excelente. Porque ela não quis fazer representação para apuração dos fatos. Então para resolver o atrito que eu não sei se A ou B tinha razão, que ninguém quis representar, o que que eu fiz? eu levei ela para trabalhar junto com uma das melhores profissionais que eu conheço e então ela ficou sobre a supervisão da Dra. Fernanda e, por diversas vezes que eu fazia a vistoria de estágio que, inclusive, eu ia no Procon e na sala das estagiárias, várias vezes por dia, todas as vezes ela me relatou alegria e satisfação por ter ido estagiar com a Dra. Fernanda. Inclusive eu tenho mensagens da mãe dela me agradecendo por eu ter feito aquilo”. Questionado sobre como a Vereadora Nair levou o assunto até ele, respondeu: “ela me chamou na sala dela e me disse que a sobrinha dela estava sofrendo perseguição, isso, aquilo, aquilo outro, aquilo outro, foi no momento que eu falei para ela: olha eu, eu escutei a notícia dos fatos da sua sobrinha e da servidora, tô ouvindo da senhora, a senhora quer fazer uma representação? aí ela me disse que não, que não queria, que isso aí quem tinha que resolver era eu e o presidente, mas como resolver se então a gente não tinha um fato palpável?”. Questionado se a representante já havia o reportado que foi maltratada pela representada, respondeu: “ela me reportou sim algumas vezes”, “ela falava que ela passava olhares para ela, que encarava ela, chegava lá às vezes que ela não estava ou tava atendendo e falava algumas coisas lá para as estagiárias do tipo que ia colocar moral no Procon, coisas desse tipo é o que ela me relatava algumas vezes, até ela falou isso chorando na minha sala”. Questionado se esses questionamentos já eram antigos ou se deram após o início do estágio da Sra. Marina, respondeu: “com a servidora eu tive notícia depois da vinda da menina, com a servidora”. Questionado se saberia relatar o motivo da Vereadora Nair Dayana não ter assinado o Projeto para regularização do Procon, disse: “Eu gostaria de contar a coisa desde o início. Nós tivemos uma ação por meio da qual, Ação Direta de Inconstitucionalidade, que foram julgados inconstitucionais os cargos de diretor do Procon e diretor da Escola do Legislativo. Decorrente disso, nós ficamos com déficit desses dois cargos no Procon. Na Escola do Legislativo, nós ainda tínhamos uma função gratificada, que era



de Secretário da Escola Legislativa, que dava legalidade para que o servidor desempenhasse aquela função, que não era inerente ao seu cargo efetivo, sem cometer o crime de desvio de função e nem enriquecimento ilícito por parte da administração, eh, depois disso nós ainda tínhamos uma oportunidade para uma gratificação de merecimento para os servidores, que inclusive conta ponto para ele na hora da avaliação de desempenho como um plus a mais que ele desenvolve além das suas atribuições, então a servidora Edna, ela trabalhava no Procon recebendo essa gratificação, em seguida nós tivemos uma ação aonde o juiz de piso entendeu junto com o Ministério Público que a gratificação de desempenho era inconstitucional e que não deveria ser pago esses valores, o que foi confirmado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Então nós não pudemos mais pagar gratificação por merecimento para servidores, ficou apenas dos cargos e as funções gratificadas que é de chefia, direção e assessoramento. Acontecido isso, a servidora passou a ficar em desvio de função e a administração estava cometendo crime de enriquecimento ilícito. Nós fomos então notificados pelo promotor de justiça o Dr. Luiz Pablo. que aqui eu quero fazer um parêntese. um grande parceiro. um excelente promotor de justiça. um excelente. um exemplo promotor de Justiça. que convidou eu a servidora Edina e o presidente Valdmix para uma reunião na sua sala, onde nós informamos para ele o que estava acontecendo. Ele demonstrou uma preocupação muito grande porque acredite O Procon é a menina dos olhos do Ministério Público, que evitam muitas e muitas ações no juizado especial porque consegue a resolução do conflito aqui de forma amigável. Então ele demonstrou muito preocupado e então nós não tínhamos o que fazer e era a medida mais simples e óbvia do que criar o cargo tanto de diretor da Escola Legislativa como diretor do Procon. Momento então que me foi designado para fazer esse projeto de lei e foi o que nós informamos para o promotor, inclusive, fomos dirigentes em dizer para ele: a gente poderia alavancar a iniciativa, mas não garantir o resultado. Decorrido isso, nós fizemos o projeto de lei. Eu me dispus para explicar o projeto para todos os Vereadores que se julgassem interessados. Mesmos que não iriam assinar, que a prerrogativa de competência de iniciar da matéria é da Mesa Diretora. Deixamos inclusive o projeto de lei com os membros da Mesa para que eles pudessem analisar e fazer sugestões, por uma questão de respeito. Decorrido isso, o presidente Valdmix fez uma reunião na sala dele para que o projeto de lei fosse assinado e dando mais uma oportunidade para os membros da Mesa que tivessem dúvida pudessem assinar o Projeto de lei. Feito isso, na sala do Presidente, o Vereador que era o segundo secretário na época assinou o projeto o presidente também assinou o projeto e um a vereadora se recusou a assinar, ela disse que não iria assinar o projeto e um dos vereadores, até então, tinha falado lá o outro Vereador tinha falado que assinaria o projeto mediante explicação que tanto eu como o servidor Eduardo estávamos lá havíamos dado e depois ele desistiu. Então nós não tivemos no mínimo três assinaturas para poder alavancar esse projeto de lei. Então o que que aconteceu, eu e o presidente Valdmix, mais uma vez, tivemos que ir ao Ministério Público porque, até então, o promotor estava esperando o resultado daquilo que a gente tinha combinado. Chegando lá nós explicamos para ele aquilo que havia acontecido e não havia outra saída senão fazer a suspensão temporária dos trabalhos do Procon para não usar uma palavra mais drástica que seria encerrar o Procon em Unaí. Ele se demonstrou muito preocupado ele ficou muito chateado com a situação e pediu então que eu e o presidente Valdmix déssemos o máximo de publicidade possível e que desse um tempo especialmente para as pessoas humildes assimilarem o encerramento do Procon. Feito isso, nós fomos na rádio Veredas, o presidente Valdmix comunicou a população que nós não tínhamos outra alternativa, sem entrar em Ceara de iniciativa de quem assinou ou deixou de assinar, tanto que a reportagem tá aí à disposição de quem quiser, não foi citado nome de quem não quis assinar, nós só dissemos, ele disse, aliás, o Presidente, que não teve as assinaturas necessárias para



alavancar o projeto e não tinha até então outra alternativa porque nós não havíamos conseguido encontrar uma alternativa que fosse 100% juridicamente garantida para poder sanar esse problema. Aí então, feito isso, graças ao bom Deus, eh, conversando um dia eu e Eduardo Vieira, nós conseguimos encontrar uma saída, nós conseguimos encontrar a saída e só por isso, só por isso, a as atividades do Procon não foi encerrada. A saída foi nomear e colocar o diretor da Escola do Legislativo como responsável também pelo Procon, por que? Ele desenvolvia uma função de confiança de Secretário da escola Legislativa, era 100% correto? Não. Mas pelo menos não tinha ninguém desviado de função e a administração não estaria cometendo enriquecimento ilícito com relação a quem estava coordenando o trabalho. Voltamos no promotor de justiça Dr. Luiz Pablo que ficou muito feliz com a notícia e nos deu um prazo razoável para que fizesse a regularização dessa situação, o que foi feito logo que foi feita a eleição da nova mesa subiu a nova Presidência e tomou iniciativa, então foi isso que aconteceu”. Sobre a reunião que aconteceu para pegar as assinaturas, respondeu: “Eu e o Eduardo Vieira estávamos na sala sim, para tirar dúvidas, inclusive, dos vereadores”, “bom, nas palavras dela, ela disse o seguinte: que não iria fazer projeto de lei para aumentar o salário da servidora, o que todo mundo sabe que não é plausível, até porque admitir uma situação dessa seria deflagrar o crime de calúnia contra o Presidente ou então contra o segundo secretário que em tese eles estariam criando um cargo direcionado o que fustiga dolosamente o princípio da legalidade, moralidade, imparcialidade, então em momento nenhum, nem o presidente na minha presença e nem o segundo secretário da mesa mencionou que esse cargo que ia ser criado ia ser nomeado A ou B, não aconteceu isso”, “e foi tentado explicar que esse cargo ele ia ser criado para poder se cumprir um requisito legal inclusive prometido ao promotor e que depois a Mesa e até pedi que pelo amor de Deus sem a participação minha e do Eduardo se reunisse para dizer quem ia nomear”. Questionado se teria conhecimento sobre a viagem para curso do Procon e o boato que foi espalhado de um romance entre o Vereador Valdmix e a servidora Edina, respondeu: “Na verdade, o chefe de gabinete foi também que era o Cléber Avelar, não, eu não ouvi essas palavras, nesse tom aí não, mas ela disse o seguinte, depois de muita discussão, o clima já, a reunião já tava insustentável, não tinha condição de continuar, ela disse o seguinte que, abre aspas, por que ele tinha voltado tão amiguinho da Edina depois da viagem que eles fizeram juntos a Belo Horizonte”, “ela falou para mim: por que vocês homens ficam todos andando na Barra da Saia da servidora Edina, ela falou foi para mim, eu gostaria que ela tivesse aqui para me falar olhando para ela”. Questionado sobre em qual situação a representada disse isto, respondeu: “foi quando eu e o vereador Valdmix fomos na rádio Veredas e que deu entrevista e ela ficou nervosa com isso”, “ela disse para mim que iria na rádio para rebater tudo aquilo que nós havíamos falado, sendo que eu não falei nada, falou foi o Presidente, quem representa a Casa é ele, ela falou para mim”. Questionado se participou de algum momento que a Vereadora Nair fez algo ou humilhou a representante, respondeu: “eu não presenciei, mas até porque, na minha condição de secretário geral, eu sempre disse isso pros meus servidores, que trabalhavam comigo, e eles podem confirmar isso, independente de ela ser Vereadora, comigo, eu não aceitava isso acontecer, porque a responsabilidade da casa e da integridade dos servidores era minha, eu não presenciei, que eu acho que até porque junto comigo ela não faria isso. Soube, a Edina reportou isso”, “me foi noticiado”. Questionado se ficou sabendo que a Sra. Paula distratou a representante, respondeu: “até pela minha condição de secretário geral eu sempre deixava claro aos servidores que tudo aquilo que acontecia aqui a responsabilidade de resolver era minha. Eles não teriam que assumir desgaste daquilo que acontecia no desempenho da função. Então não diferente de outros fatos ela (Sra Edina) me reportou sim na hora que aconteceu”. Questionado sobre qual foi a sua atitude, respondeu: “eu ofertei a ela a oportunidade de Fazer aquilo que ela



entendesse melhor e se ela quisesse a Casa poderia tomar uma providência no sentido de ampará-la porque ela tava no desempenho da função”, “essa Providência Ela poderia fazer um boletim de ocorrência, porque desacatar servidor público no desempenho da função infringe o artigo 630 do Código Penal”, “no momento ela não quis, diz ela (Sra. Edina) que tinha medo de represália”. Questionado se tem ciência que ela fez um boletim de ocorrência, respondeu: “me parece que sim, ela me noticiou que tinha feito”, “se fez deve tá aí nos autos né”. Questionado se orientou a representante a fazer Boletim de Ocorrência, disse: “eu como secretário geral tinha que manter imparcial em todas as situações, porque eu tinha que tomar decisões, então não podia ser parcial por A ou B, eu tinha que ser imparcial e ofertar a quem quisesse a oportunidade de fazer o que entendesse, desde que nos liames legais, e eu dei a ela oportunidade de ter o amparo que a casa lhe deve, devia não, deve como servidora”. Questionado se o motivo da ida na rádio foi a pedido do Promotor ou para pressionar Vereador a assinar o projeto, respondeu: “de maneira nenhuma, porque não há maneira melhor de dar publicidade para as pessoas mais humildes, principalmente os que moram na zona rural, do que o rádio. E se fosse a intenção do presidente Valdmix, se ele fosse um cara mal politicamente, era a coisa mais simples do mundo, ele suspendia as atividades do Procon e mandava a fatura para quem deve, só que ele não fez isso”, “ele não falou por entre linhas o nome de quem não assinou é, por exemplo, quando eu vou expedir uma, que eu quero fazer regularização de associação de devedores, eu não posso colocar o nome de quem deve, mas eu posso colocar de quem pagou, até porque isso também faz parte do princípio da publicidade, ele disse que havia conseguido duas assinaturas, eu não conheço Tribunal nenhum que condena alguém por falar a verdade”. Questionado se, na sua opinião, a Representada não assinou o Projeto de regularização do Procon por perseguição ou motivos próprios, respondeu: “Vereador eu não sou a consciência dela para falar o que ela faz, o que ela não faz, nem com o que ela pensa, mas acontece que a alegação foi que não iria aumentar o salário da servidora Edina. Agora eu não sei se ela fez isso, o que que ela pensa, deixa de fazer, isso eu não sei”. Questionado se, na sua opinião, a representada influenciou o voto do outro Vereadora, respondeu: “ela falou para ele, abre aspas, se você me tiver consideração, você não assina esse projeto, ou, se você for meu amigo, não assina, tipo assim, mas ideocraticamente falando é nesse sentido. Aí ele disse não só para mim mais o servidor Eduardo, mas pro vice-presidente e pro segundo secretário Cléber Canoa que estava na sala que, baseado naquilo então, em consideração a ela, não assinaria. Foi o que aconteceu”, “na frente de mais três pessoas além de mim”. Questionado se com mais uma assinatura poderia ter regularizado a situação do Procon, respondeu: “Poderia” “Óbvio”. Questionado se enquanto foi Secretário Geral escutou sobre outros fatos parecidos da Vereadora Nair, respondeu: “Vereador fato para mim é aquilo que o servidor entrava na minha sala e me olhava nos olhos e falava que tinha acontecido. Conversa de corredor eu nem participava. Prova é que eu nem gabinete de vereador eu ia, muito quando era necessitado ou algumas vezes lá no Diego no Paulo César e no Valdmix, pela amizade que eu tenho com eles e com os assessores e, mesmo assim, muito pouco. Então algumas pessoas chegaram e me reportaram algumas coisas, mas ninguém fez representação por escrito, então é boato”. Questionado se as reportagens também eram com relação a Vereadora Nair Dayana, disse: “Eram”, “eu não vou nominar perseguição, seja o que for, porque eu não presenciei, mas eles diziam que aconteciam entreveiros.”. Questionado se presenciou a representada distratando a representante, respondeu: “Eu já respondi essa pergunta lá atrás, mas eu vou falar de novo, eu não presenciei, até porque como eu disse, repito, eu não aceitaria na minha condição de secretário, eu assumiria esse desgaste para mim, como eu sempre fiz com todos os setores aqui da casa, que o sucesso ou insucesso deles a responsabilidade era minha, eu deixava isso claro”, “Eu não vou usar essa palavra distratada,



porque isso é muito íntimo de cada um, mas que não gostava da maneira, às vezes, como eram abordados”. Questionado se em algum momento a representada desrespeitou a representante para ele, respondeu: “Senhor Presidente com todo respeito eu queria que o senhor me definisse melhor o que é desrespeitar”. Questionado se a representada insinuou sobre o suposto relacionamento da representante com o Vereador Valdmix ou sobre o caso que eles estavam na Barra da Saia da servidora, respondeu: “isso ela falou na frente nossa lá, minha do primeiro secretário, do segundo secretário, do vice-presidente, do presidente, ela disse nesse sentido, o que ele entendeu foi isso, o Presidente, porque na hora ele perdeu a paciência e exigiu, pediu para ela que o respeitasse, então se a intenção dela era, ou não era, eu não sei, mas o que ele entendeu foi isso, a interlocução que ele recebeu foi essa” “Vereador acho que qualquer insinuação que imputa alguém falsamente uma conduta é um desrespeito prova de que eu coloquei um boletim de ocorrência jungido aos autos por conta de uma injúria que foi falada com meu nome, que se o senhor até me der oportunidade depois eu posso esmiuçar os fatos, eu acho que qualquer pessoa que tem sua honra agredida, ela tem o direito de se defender, ela tem o direito de defender”. Questionado se poderia dizer os nomes das pessoas que estavam na reunião, respondeu: “Posso, o Presidente, Valdmix, o Segundo Secretário, Cléber Canoa, e o então Vice-Presidente da época, Sr. Edimilton Andrade, o Eduardo Vieira tava também, desculpa. Só estávamos nós na sala”. Questionado sobre a obrigatoriedade ou liberdade de um Vereador assinar ou não um projeto, respondeu: “Vereador decorre do Estado democrático de direito que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer nada senão em virtude de lei, não tem lei posta que obriga o vereador a assinar. São leis Morais. Agora moral cada um tem uma subjetividade do que ela significa, isso é íntimo de cada um. Tanto que em momento nenhum foi questionado a prerrogativa do Vereador querer ou não assinar, o que sempre ficou claro foi as consequências que estiveram depois, até uso um jargão muito simples que diz o seguinte: livre arbítrio é a arte que cada um tem de semear aquilo que quiser, lembrando que ele vai colher. Cada um faz o que quer e paga pelo que faz então momento nenhum foi questionada a prerrogativa de esse ou aquele A ou B querer assinar ou deixar de assinar nada. O que ficou foi o Desgaste e o prejuízo quase que social que causou isso”. Questionado se enxerga na atitude da Vereadora Nair a intenção de prejudicar o Procon ou a Sra. Edina, respondeu: “seria muito temerário e irresponsável da minha parte num procedimento que pelo menos ideocráticamente busca a verdade real eu dizer aquilo que é íntimo dela. Eu não sei se a raiva dela era da servidora ou se era do Procon, mas em momento nenhum foi excetuado, explicitado colocado em aspas o Procon, até porque se fizesse isso era uma injustiça. Porque a população de Unaí, a própria Justiça, o ministério público fala por nós. Inclusive uma vez que eu mandei servidores, foi em Belo Horizonte, não me lembro mais qual evento, receber homenagem pelo excelente atendimento que o Procon de Unaí sempre prestou, não só com a servidora Edina, mas com os que a antecederam também”. Questionado se em algum momento a Vereadora Nair relatou não estar satisfeita com a forma que o Procon estava sendo administrado, disse: “Ela nunca me procurou para me dizer que estava acontecendo isso ou aquilo no PROCON e que fulano, beltrano ou ciclano havia falado isso e que estava disposto a fazer isso por escrito. Sempre problemas genéricos que não eram apontados quais eram. E o que é genérico e não é apontado o que é, e eu vendo o excelente andamento do trabalho, até porque modéstia parte Presidente eu conheço essa casa igual a palma da minha mão, todos os departamentos, todos os setores e o PROCON, funcionavam muito bem, ainda mais no momento paroxístico que a gente vivia aqui pela falta de Servidores que eu falo que essa casa ainda se manteve de pé é pela capacidade que esses servidores aqui tem, todos indistintamente fizeram inclusive muito além das suas funções e atribuições, por isso que essa casa com aquele, com aquela defasagem de servidores que a gente sofria, ainda se manteve de pé e



prestando um excelente trabalho, porque é muito fácil é só compulsar o sistema do Procon, que lá o senhor vai ver a produtividade de cada estagiário, quanto que cada um produziu, como é que era a forma de atendimento de cada um, como é que era as petições que eles faziam que ia pra justiça e ali a gente fazia mais de 60, 70 atendimentos presenciais fora os problemas que eram resolvidos por telefone e eu nunca recebi a reclamação de nenhum consumidor com relação ao mau funcionamento do serviço do Procon e eu acho que alguém que administra alguma coisa sempre tem que ouvir os dois lados, se mantém parcial porque alguém que é parcial não é apto para tomar decisão. Então eu sempre ouvi um lado e ouvi o outro e baseado nisso eu tomava a decisão que precisava de tomar. Eu nunca fui procurado por nenhum consumidor para reclamar que o Procon prestou um mau trabalho, inclusive eu ouvi da própria boca do Dr Luiz Pablo, excelentíssimo promotor de justiça dessa comarca, que o PROCON era essencial e é essencial pra população mais carente. Então isso vai ao viés de tudo que quiser denegrir o trabalho que era prestado pelos servidores e os Estagiários que eram lá lotados”. Questionado se em algum momento a Vereadora Nair tentou induzir a Casa a contratar a Sra. Marina Xavier, disse: “como eu já havia falado, ela nunca me disse isso, não ela e nenhum dos presidentes com quem eu já trabalhei, até por que eu não dou abertura e liberdade para esse tipo de conversa, agora e o que eu posso afirmar 100% que não houve essa procura a minha pessoa e o presidente Valdmix nunca mencionou isso a mim”. Questionado se a Vereadora Nair Dayana ia muito a sua sala, respondeu: “não, na maioria das vezes ela me chamava no gabinete, às vezes, reunia com a gente na sala do presidente: Eu, ela e o Presidente”. Questionado se nesses momentos ela questionava sobre algum departamento da casa, respondeu: “na verdade ela falava do Procon”, “especialmente para o Procon e para a servidora”, “igual eu disse, das vezes que ela falava que o Procon não prestava um bom trabalho, que as pessoas reclamavam da servidora, ela nunca me apontou um fato concreto, ela nunca apontou, até porque se apontasse de ofício eu tomaria uma providência, até para garantir o direito de ampla defesa e contraditório da servidora”. Questionado se em algum momento a representada solicitou que a representante fosse transferida de setor, disse: “Sim”, “Foi logo depois que teve esse, essa, esse fato lá com a sobrinha dela, a primeira vez que ela me chamou no gabinete dela foi para isso, ela queria que eu tivesse tomado alguma providência. Eu falei tomo, tomo até agora, a senhora quer representar por escrito? Porque em órgão público, até acho que até em butiquin, aquilo que compra o estoque é colocado na caderneta. Em órgão público muito mais. Eu não posso arranhar a imagem de um servidor público que seja concursado ou comissionado, que o que faz é diferença do trabalho para mim é o caráter, eu acho muito temerário dizer que o servidor efetivo é melhor do que o comissionado e vice-versa que aqui eu não tenho defeito apontar em ninguém. Eu acho muito temerário arranhar a honra de um servidor através de achismos ou de coisas que eram apontadas por meta auricular. Então no serviço público especialmente as coisas se dão por escrito, até porque a ampla defesa o contraditório tem que ser respeitada, porque a honra e o nome de alguém que está em jogo e atrás daquela pessoa existe família”, “Eu era o Secretário Geral da casa só que eu não tinha motivos para fazer isso, muito pelo contrário, eu tinha uma população, eu tinha um ministério público, eu tinha um promotor, Coordenador Geral dos Procons que fica lotado em Belo Horizonte, eu tinha o pessoal do Procon da Assembleia Legislativa falando bem da minha equipe, para que que eu ia fazer isso?”. Questionado se diante da recusa a Vereadora questionou com outro Vereador, respondeu: “eu não presenciei porque nem todo mundo tem ombridade de falar na cara igual eu faço. Eu já presenciei alguns Vereadores amigos meus, não vou citar nome para não enrolar mais alguém no procedimento é desnecessário e alguns outros servidores dizendo que eram constantes as reclamações concernentes a minha pessoa nesse sentido”. Questionado se chegou ao seu conhecimento se a criação do cargo no Procon seria para



resolver o problema da servidora ou do Procon, disse: “sempre todas as tratativas, em nenhum momento foi mencionado na minha presença, e eu acho que fora também não, porque o conhecimento técnico pertencia a mim o servidor afeto da área, foi mencionado que esse cargo era para nomear a servidora Edina, inclusive foi tentado explicar isso pra vereadora no dia dessa famigerada reunião para assinar esse projeto, de que o cargo ia ser criado para resolver o problema do Procon de Unai, dando satisfação para a população e para o ministério público, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Doutor promotor de justiça Luiz Pablo. Então eh foi feito, foi feita essa especificação. Agora momento nenhum foi falado e, como eu disse, se tivesse sido falado, isso seria crime, é crime de improbidade fazer um cargo direcionado por fustigar dolosamente o princípio da legalidade, imparcialidade e Moralidade, então em momento nenhum isso foi falado.” Questionado se participou da elaboração do projeto e se a Sra. Edina teria condições de exercê-lo, respondeu: “eu e o servidor Eduardo Vieira”, “Claro até porque ela desempenha, como eu disse, isso não só palavras minhas não, não precisa de acreditar nas minhas palavras não, tem por escrito aí nos anais da casa, papel fala mais do que verbalização, ela prestava um excelente trabalho sim no Procon. Porque como eu disse nunca chegou uma reclamação dela para mim, se chegasse eu teria tomado providências. Elogios chegaram vários, inclusive por parte do Ministério Público nunca chegou uma reclamação que fosse capaz ou que fosse para mim ensejar um procedimento administrativo para responsabilidade dela, jamais. Até porque eu não seria conivente com nada errado”. Questionado sobre qual foi a reação da Vereadora Nair com tudo que aconteceu e com a ida dele na rádio, respondeu: “Quem fez a entrevista foi o Presidente, até pela condição dele de representar a Casa né? Mas ela me telefonou sim, ela me telefonou, ela ficou muito indignada, falou que iria na rádio, que iria expor tudo que estava acontecendo, o que eu não sei. Porque se tivesse acontecendo alguma coisa e a pessoa não colocou no papel, então ela é conivente. Ela disse que ia tomar providência, que iria na rádio que ia acabar comigo mais o Valdmix no sentido de expor os argumentos dela, só que eu não sei de que argumento é esse”. Questionado sobre o Boletim de Ocorrência que teria feito, respondeu: “eu fiz o boletim de ocorrências para me resguardar sim, por enquanto eu ainda não representei, por enquanto” “conforme foi falado, a estagiária foi recebida aqui no PROCON nos mesmos moldes que foram recebidos todos os outros estagiários. Até para manter a lisura e deixar claro que a condição dela de ser minha prima, aliás, eu sou primo do pai dela e ser sobrinha da vereadora não lhe dava nenhuma condição de diferença entre os demais estagiários. Isso é o mínimo que se espera de alguém que opera com coisa, com coisa pública e até no trato particular da vida. Eu fiz inclusive uma reunião na chegada dela lá no Procon com os alunos e deixei claro que o Procon era um órgão público que prestava um serviço público para todos aqueles que procurassem, e que não poderia haver privilégios independente de condição familiar condição de cargo ou às vezes por estar num período acima dos que estava em períodos inferiores, que ali o tratamento era igualitário e que aqui a gente era uma família, eu fiz isso. No dia que a estagiária chegou lá na minha sala ela tava nervosa ela disse que que tava tendo problema com as meninas que elas estavam falando dela, então eu disse para ela, falei minha filha vou fazer o seguinte, nós já vamos chamar outros estagiários para poder ajudar um a Doutora Neide, outra a doutora Fernanda e outra a Ana Cristine. Então vou colocar você no local aonde você vai ter um contato ainda maior com direito, não só com direito consumidor, você vai ter contato com direito administrativo, você vai ter direito contato com direito constitucional, direito civil, direito público e você vai estagiar com uma das melhores profissionais que eu conheço. E ainda vai ter contato profissional com outras duas que eu avalizo no mesmo quilate que é a Fernanda, a Cristine e a Neide. Eu falei para ela, vamos fazer o seguinte, se acalma, busquei um lenço de papel entreguei para ela. Eu gostaria que ela tivesse aqui Independente de tá gravado ou



não, que eu queria falar na frente dela. E assim que você se acalmar então me fala que eu vou te apresentar para elas. Ela me disse então que iria buscar as coisas dela que tinha ficado no Procon. Eu falei fica à vontade vá lá busca as suas coisas, não precisa de comentar nada, seu problema acaba aqui, porque ela não quis fazer uma representação para que eu apurasse disciplinarmente o que de fato estava acontecendo, até para dar oportunidade de ampla defesa para a servidora também, para não ser parcial, de ouvir um lado só, é o mínimo que se espera. Feito isso levei ela na sala da Dra Fernanda, apresentei ela para a Dra. Fernanda e ela então continuou o estágio dela a gente sabe que eu costumo dizer o seguinte, lamentavelmente, aonde torna mais imperioso a gente ter um refinado traquejo, aonde a gente trabalha nos ambientes onde a política ronda, ronda os corredores, sob pena da gente ofertar as costas ao silício das mais (expressão palavra não compreendida). Eu sempre tive cuidado com isso, então o que eu fiz, para que os vereadores que fossem relatores de projetos de lei tivessem a privacidade de discutir os seus projetos com os consultores e não se sentirem constrangidos por ali ter uma sobrinha de uma vereadora, que inclusive teriam projetos apreciados pela comissão, eu determinei que fosse feito com o presidente uma sala para que ela e a outra estagiária, que eu faço aqui questão dizer, uma menina que se compensou trabalhar com ela, a Marília, eu tenho certeza e profetizo isso na vida dela, que vai ser uma excelente profissional, para que elas pudessem trabalhar juntas, para que elas tivessem, para que elas tivesse um ambiente de estágio salutar, porque o que o estágio visa é o aprendizado e o bem-estar do aluno, para que elas ficassem naquela sala isoladas das conversas das comissões e que os Vereadores relatores de proposição tivessem a privacidade necessário para discutir os seus projetos, sem se sentirem constrangidos. Durante todas as minhas vistorias de estágio eu ainda gostava de brincar com elas, chegava lá e falava olha eu tô com um problema assim, assim como é que eu resolveria isso a luz do Direito Constitucional? E elas me respondiam, quando tinham provas eu gostava de comentar com elas a matéria da prova, porque isso é o espírito do estágio. E todas as vezes que eu perguntava para ela, ela dizia que estava muito feliz com o estágio. Eu gostaria muito que ela estivesse aqui para ouvir isso sabe, que ela sempre se demonstrou feliz com o estágio. Eu tenho mensagem da mãe dela aqui no meu telefone me agradecendo de ter colocado a filha dela para estagiar junto com uma pessoa tão boa, nas palavras dela com a Dr. Fernanda, eu tenho palavras da mãe dela aqui me dizendo o seguinte: a Marina ficou muito feliz por você ter colocado ela com a Dr. Fernanda você é muito admirado entre toda a família, tão carinhoso com a Marina, você é muito bom com a gente, pois eu confio muito em você e sua família toda. E temos mais outras e tem mais outras, outras mensagens dela aqui dizendo inclusive o seguinte, isso aqui não vem ao caso, não vou dizer, mas sempre ela deixou clara a satisfação e a felicidade dela por ter colocado a filha dela onde ela estava. Um belo um dia fui surpreendido com a notícia que ela estava chateada contrariada comigo tinha sido arrolado como testemunha num procedimento que havia se desaguado no ministério público, que até então eu não sabia se era mentira ou se era verdade, porque eu nunca me interessei em saber de nada. Depois disso essa pessoa que era o exemplo de pessoa boa da família que era o ponto referencial de honestidade, transformou em réu, só porque eu fui apontado como testemunha em um procedimento do Ministério Público. Agora muito interessante, quando a pessoa é rolada como testemunha, ela sequer sabe o que vai ser perguntado, sob pena de um processo eivado de nulidade, justamente pela falta de parcialidade do juiz natural e do devido processo legal. Agora a pessoa não sabe nem o que vai ser perguntado no procedimento e a gente se torna réu? Aí fui surpreendido porque uma pessoa da minha família se sentiu doído e me disse que ela havia falado, essa menina aí, que eu tinha sido falso com ela. Vem cá uma pessoa que falsa dá oportunidade para outra de fazer uma representação disciplinar? E quem me conhece bem sabe se tem um nome que não amolda em mim: mentiroso, falso e sem



palavra. Isso, isso nem me incomoda porque eu sei que não me pega. Até porque infelizmente quem lida com pessoas tem que aprender uma coisa na vida, humildemente eu falo para vocês, a gente tem que procurar ofertar o melhor que a gente tem para as pessoas, o que elas fazem disso não é um problema nosso é um problema delas, é um problema delas, e eu fiz isso para todos os meus estagiários que hoje me encontram na rua e eu sinto orgulho de dizer, eu tenho alunos que são advogados, eu tenho alunos que são concursados, eu tenho alunos que estagiam no Ministério Público. Eu já fui parabenizado por um juiz que eu não vou dizer o nome dele pela preparação da aluna que foi trabalhar com ele, e assim eu tratei todos eles e de repente eu sou surpreendido que ela disse que eu fui falso com ela. Como eu disse a vida ela é um professor muito bom, mas ela cobra caro. Ela fala aqui que o pai dela, quer ver me dá licença para ler, ela fala aqui nessa que ela colocou infelizmente, esse documento aqui ele é uma representação número 01, eu acho que é um relatório da Comissão de Justiça, não sei é um documento que está jungido lá nos autos, tá? Ela mesma alega aqui no relato dela que eu recebi ela lá na sala, busquei um lenço, enxuguei as lágrimas dela, imediatamente tirei ela do Procon, ela fala que o pai dela é uma pessoa honrada. Verdade ele é uma pessoa honrada sim, o pai dele é irmão do meu pai, uma pessoa humilde criada na roça, não é só ele não, os irmãos dele também, as irmãs, pessoas que trabalharam para construir patrimônio do suor do trabalho. A minha tia é uma senhora já idosa mora na roça até hoje trabalha muito sem precisão porque financeiramente é bem resolvida ela não precisa disso não, mas é pelo caráter dela, tudo isso aqui ela falou é Verdade, mas essa excelente lição pergunto eu queria perguntar para ela, será que ela aprendeu? Porque não adianta eu ter bons exemplos, se eu não tiver Boa Vontade de aprender. Ela vem e fala aqui nesse relato dela que eu fui falso com ela, então isso aqui é uma injúria, é uma injúria, porque ela sabe que eu tratei ela com toda cordialidade. A tia dela que prega só falar a verdade e já que ela tá escutando, se ela viver realmente isso que ela tá dizendo, ela vai confirmar com vocês, porque por muitas vezes ela me agradeceu da forma com a qual eu resolvi o problema que em tese existia no Procon, de ter trazido a menina aqui para dentro para estagiar com os melhores profissionais que eu conheço. A tia dela por diversas vezes me agradeceu dizendo que eu apesar de não ter resolvido o problema do Procon que ela falava que tinha, mas ela tinha que ser justa que eu tinha sido muito bom com a sobrinha dela, que eu tinha sido muito justo com a sobrinha dela, e de repente eu viro réu porque eu fui arrolado para ser testemunha num procedimento do Ministério Público, porque esse procedimento aqui não existia nem sequer saber o que que ia me perguntar. Eu acho que a verdade só dói para aqueles que temem a verdade, só dói para aqueles que temem. Então é isso que eu queria deixar claro. Dr Fábio, esse boletim de ocorrência eu fiz para me resguardar para que toda pessoa que abrir esse procedimento que ele é público e ver essa mentira que essa menina falou com o meu nome certo? está lá respstada da melhor maneira possível. Eu falo e repito, eu não tenho nada ainda na minha vida, mas eu tenho honra, eu tenho moral, eu tenho caráter e falo isso de peito aberto, em qualquer lugar, sem medo de ninguém me retrucar, porque esse é o legado que meu pai me ensinou, é o legado que o avô dela ensinou pro o pai dela, e é o legado que o pai dela ensinou para ela, e pergunto pros senhores a resposta é com vocês, aprendeu? então é por isso que eu fiz esse boletim de ocorrência, para que todos que abram esse procedimento saibam que ele está lá. E se for preciso de representar eu vou representar, se for preciso de eu ir na última instância jurídica para defender meu nome, que é a única coisa que eu tenho, eu vou. Se quiser falar alguma coisa sobre a minha pessoa, fala verdade, mas vai ser difícil, porque Graças a Deus eu luto cada dia para poder viver da melhor maneira possível, da maneira mais honesta possível, e eu não aceito conversa fiada mentirosa, injuriosa com meu nome, seja lá quem for, por isso que eu fiz o boletim de ocorrência". Questionado se, após os fatos narrados, tem ciência de problemas de saúde



enfrentados pela representante, disse: “Dr. Fábio, assim, com todo respeito e sinceridade eu não tenho habilidade técnica para dizer isso né? Porque isso aí é uma questão orgânica da pessoa ou médica que pode dizer, mas ela sempre reportava, palavras dela, e visivelmente a gente sabe quando a pessoa tá bem e quando a pessoa não tá bem, o dia, quando eu não estava bem aqui, muitos servidores chegavam me dizia: hoje você não tá bem, hoje a carga tá pesada. Mas ela sempre me reportava sim que teve prejudicialidade maior na saúde dela e aparentemente a gente via isso, porque a pessoa pode fingir por um minuto ou dois, mas durante um dia, uma semana, a máscara uma hora cai e ela demonstrava tá muito abatida sim”. Questionado se a Vereadora Nair Dayana chegou a solicitar algo para beneficiar a sua sobrinha, Sra. Marina, respondeu: “não doutor, até porque eu repito, eu nunca dei liberdade para esse tipo de conversa, mas por óbvio, às vezes por eu ocupar um carro comissionado, a pessoa, às vezes, poderia se sentir na razão de fazer isso, mas nunca aconteceu não”. Questionado por quanto tempo acompanhou o estágio da Sra. Marina no novo setor, respondeu: “doutor eu não lembro bem, até porque eu já tive muitos alunos, mas foi por um bom tempo, até que ela saiu para ir para um outro local de trabalho, que ela tinha passado para fazer uma estágio salve me engano na justiça federal”, “inclusive, quando ela me falou isso, recebi ela na minha sala, rememorei aquilo que ela tinha sofrido na época da infância dela, que é coisa pessoal de família, e disse para ela que havia chegado o momento de cantar, momento de colher”. Questionado se alguma das novas colegas de trabalho da Sra. Marina reportaram alguma reclamação, disse: “eu não tinha falado a inteligência dela não doutor, eu vou falar agora. Sim ela era inteligente sim, ela é uma pessoa capacitada, ela tem toda condição inclusive de passar num concurso público, ela tem toda a condição de conseguir aquilo que ela quiser na vida dela, porque ela é uma pessoa inteligente, eu não vou desmerecer a capacidade dela, ela é inteligente, ela teve a infelicidade de fazer isso aqui que ela fez, ela teve infelicidade de fazer isso aqui, que talvez pode custar caro”. Questionado sobre quando foi que deixou de ser Secretário Geral da Casa, respondeu: “eu saí no final de 2021, depois eu retornei, não, minto, eu saí em 2020, fiquei fora 2021, retornei 2022, e saí novamente 2023”. Questionado sobre o Boletim de Ocorrência que fez e se chegou a verificar se o documento ao qual se reportou estava dentro dos autos, respondeu: “Doutor tirei cópia disso lá dos autos, inclusive, eu cheguei perguntar pra mãe dela se isso aqui era palavra dela ou se alguém tinha colocado isso na boca dela, porque um acadêmico de direito os erros de português que tem aqui é imperdoável, vou dizer isso, então eu cheguei até perguntar se realmente ela fez, ou puseram na boca dela, mas isso aqui tá lá no processo, tá lá, se quiser até pode ficar com a cópia”. Questionado se a Sra. Edina antes dos fatos já havia apresentado alguma instabilidade emocional ou se já foi afastada do serviço decorrente saúde mental, disse: “não, saúde mental não, ela foi afastada uma época por acidente que ela sofreu, depois ela teve um LER na mão, foi uma situação grave, e depois ela teve que fazer uma cirurgia, que é coisa particular de mulher, eu só dei a ela todo o apoio que ela precisava, mas nunca perguntei o que que era”. Questionado se, na condição de Secretário Geral, teria conhecimento sobre benefícios que os servidores viessem a alcançar, se passaria por ele ou quem determinava se daria ou não o benefício ao servidor, respondeu: “não doutor para se conceder, na época, que hoje não existe mais, uma gratificação de desempenho para um servidor, era feito um processo, primeiramente ele requeria, depois era feito um processo, era avaliada as habilidades dele, era feito um relatório pelo chefe imediato dele e, decorrido isso, era feita a concessão de até 50% que era feita a concessão. Mas nada de olhou, te dei porque eu gostei da sua cara não, evidente que é discricionário do presidente”. Questionado se tem conhecimento de algum benefício que já foi negado a representante, respondeu: “não até porque ela não tinha poder para fazer isso, quem decidia era o presidente, se for cumprir o devido processo legal de quem recebe,



quem avalia, eu que sou o chefe imediato faço a avaliação e o presidente para discordar tem que ser por escrito, ele tem que fundamentar, que eu posso alegar o que eu quiser desde que eu faça fundamentado, é princípio geral de direito, então ela não tinha essa influência jurídica não, se fazia fora eu não sei”. Questionado sobre como se daria o preenchimento do cargo que seria criado com o projeto de regularização do Procon, respondeu: “negativo doutor como é que funciona no direito público, quando eu faço um cargo, primeiramente, ele não pode ser direcionado. A gente sabe que às vezes em alguns lugares acontece são as tais das entrelinhas né? As coscuvilhices que eu falei agora há pouco, mas o devido processo legal é: eu crio o cargo e é discricionário do presidente nomear quem ele quiser, até pela natureza do nome confiança, eu vou colocar para exercer chefia, direção ou assessoramento uma pessoa que é da minha confiança, até porque, lá nos primórdios, lá do Direito Administrativo, quando isso aí foi criado, foi preservando inclusive o gestor imagina só um presidente de uma câmara ou um prefeito cercado só com servidores de carreira, como é que ele vai tratar da vida e a situação política dele? Que é uma falsidade dizer que aqui não é uma casa política, porém com procedimentos jurídicos, imagina só um presidente que não tem a prerrogativa de nomear o cargo de confiança dele, que inclusive pode ser exonerado em qualquer momento. Então em nenhum momento de reunião que eu participei e nenhum momento, nem conversa comigo, o presidente Valdmix ou os outros dois membros da Mesa me disseram que o cargo era direcionado para a servidora Edina, muito pelo contrário, que foi tentado explicar era que justamente havia essa possibilidade de criar o cargo para resolver o problema do Procon e, logo em seguida, a Mesa Diretora iria se reunir e ver quem indicar. O Presidente precisa de fazer isso? Não, a prerrogativa é dele, o artigo 80 do Regimento Interno é claro em dizer isso. Corroborado pela lei orgânica do seu artigo 70. O Presidente nomeia os cargos da casa. Às vezes, por um ato democrático, ou por um ato de cordialidade de colega, ele pode tomar opinião com os membros da Mesa ou com outro Vereador, ele que sabe. Mas a prerrogativa de nomear e exonerar é dele. Em momento nenhum foi falado que o cargo seria para resolver problema de A, B ou C, momento nenhum”. Questionado se haveria possibilidade as Sra. Edina assumir o cargo que seria criado, respondeu: “Doutor até já respondi isso para o Dr Fábio e, com todo respeito, acho que esse projeto de lei deveria estar assim, porque foi perguntado tanta coisa dele que ele deveria estar nos autos, inclusive, até o original com as duas assinaturas, que tá na casa, que foi protocolado, tem que tá. Então o que que acontece? Ela já vinha demonstrando aptidão para exercer a função muito antes de ser nomeada para o cargo e, como eu disse, não precisa de confiar no que eu tô dizendo não, precisa não, é só compulsar os documentos do Procon e ver os atendimentos que são com êxito, veja no PROCON se tem alguma reclamação concernente a servidora feita por algum consumidor que seja por escrito, que lá tem essa oportunidade, o próprio ministério público ressaltou e fez questão de ressaltar a importância que o Procon tem pra comunidade, inclusive, conversando com excelentíssimo Dr. Promotor Luiz Pablo, eu pedi para ele na época oportunidade de aprendizado para meus estagiários para que fosse acompanhar uma diligência de acompanhamento dos postos de gasolina, porque o Procon de Unaí não tem prerrogativa de fiscalização, porque não é missão do Poder Legislativo, o Executivo tem fiscais de carreira que podem fazer isso, mas no executivo ele pode fazer esse trabalho importante de mediação de conflitos, mas não de fiscalização de impor multa, ele não pode fazer isso, então com a requisição do Ministério Público, como Assistente, ele poderia fazer isso, é o mesmo caso que era questionada a questão da competência da polícia militar de exercer função de investigação, que é inerente à polícia judiciária, então havia requisição do ministério público e que requisitava o trabalho da Polícia Militar que oferecia o seu serviço reservado para dar legalidade, então o próprio Ministério Público sempre fez questão de ressaltar a importância do trabalho que era



realizado na época, porque ele assumiu a promotoria responsável pela curadoria do patrimônio público na gestão da servidora e minha aqui no Procon". Questionado se a Sra. Edina poderia acumular os dois cargos ou teria que optar por um deles, respondeu: "Doutor é o seguinte, na administração pública nós temos vencimento e remuneração. Vencimento é aquilo que o servidor recebe pelas atividades do seu cargo efetivo e remuneração é aquilo que ele recebe agregado de vantagens. Essas vantagens podem vir de um serviço de direção, assessoramento e chefia, que seria o cargo ou a função de confiança. No cargo e na função de confiança, é uma forma legal que se dá para não gerar acréscimo de vencimento ilegal, a oportunidade de ganhar uma gratificação que é inerente ao cargo. Então independente de qualquer pessoa que ocupar aquele cargo ele vai receber aquela gratificação do cargo que é diferente gratificação por desempenho de função, desculpa, gratificação por merecimento. Então qualquer servidor que assumiu uma função ou um cargo de confiança reserva-se a ele o plus a mais de receber agregado ao seu vencimento que se torna remuneração esse Plus sob pena da administração cometer enriquecimento ilícito, tá exigindo um serviço pelo qual ela não está pagando". Questionado se houve ajuda direta da Câmara para contratar a ex-estagiária Sra. Marina, respondeu: "Não, eu não vou dizer que é mentira, nem verdade, que é muito temerário falar isso, eu vou dizer que ela se equivocou, porque a ajuda que ela quis dizer aí foi para agilizar o contrato. Porque a faculdade, ela tinha um prazo de três dias para mandar o contrato para a Câmara para que o presidente pudesse assinar, mas nesse interregno o estagiário já teria vindo na câmara, entregado toda documentação necessária, no DRH, já havia sido feito esse contrato pela câmara que aguardava só a assinatura da faculdade. Esse agilizar foi tão somente para agilizar a assinatura do contrato. Na contratação eu disse e repito, a contratação é feito o Ofício por um servidor de carreira dessa casa que é atrelado ao departamento de apoio ao processo legislativo, é o Ofício oficial da câmara, tanto que o presidente que assina, requisita a faculdade os alunos é o método da faculdade a seleção por notas, depois de ser feita essa seleção pelas maiores notas é feita a indicação para a câmara e esse Ofício fica no quadro de avisos da faculdade. Então eu, na minha ignorância, pelo menos não sei se não to acostumado a fazer esse tipo de coisa, ainda que se queira fazer um beneficiamento, você tem que ter a colaboração do Presidente da casa, você tem que ter a colaboração da Diretora da faculdade, você tem que ter a colaboração da Diretora do Curso de Direito e a colaboração de todos os alunos que tomarem ciência que são interessados em receber um salário de estágio, aliás, uma indenização de estágio, que ajuda inclusive a pagar a sua faculdade. Então prefiro dizer que ela se enganou, que a ajuda que foi dada foi nesse sentido, para agilizar a assinatura do contrato". Questionado quanto ao que sabe dos fatos referente ao problema que houve entre a Sra. Claudia, da FACTU, e a Sra. Marina Xavier, respondeu: "Não doutor isso aí aconteceu, inclusive, a única vez nos meus anos de Câmara e que eu fui responsável pelo Procon, que eu cheguei a conversar com o Diretor de curso de Direito da faculdade, ou que seja de qualquer outro curso, foi quando a senhora Cláudia me ligou me pedindo desculpas porque o contrato ainda não estava assinado e que a estagiária não tinha deixado o contrato lá e tinha tido um entreveio dela com a atendente lá. Eu não fiz questão de saber o que que esse tal de entreveio, mas a estagiária, inclusive, me ligou na minha casa, era umas 10 horas da noite ou um pouco mais, meu telefone tá à disposição se quiser fazer a quebra do sigilo, se lembrar a época tá à disposição, mas me dizendo que o pessoal da faculdade havia se negado de assinar o contrato dela. Eu disse que isso não tinha o menor cabimento. Perguntei o que que tava acontecendo, se ela tinha deixado o contrato lá ou o que que tinha acontecido? Aí a senhora Cláudia me ligou me pedindo desculpas por isso, porque disse que eu tinha pedido urgência na assinatura desse contrato, eu não pedi urgência na assinatura de contrato, eu não liguei para ela, e, inclusive, a única vez que eu falei com ela na minha vida foi



esse dia que ela me ligou e, aliás, eu quero dizer que é uma pessoa por sinal muito educada e muito atenciosa. Então ela me ligou para isso, eu disse para ela e deixei claro e ela pode confirmar, falei: olha, eu não vou interferir no trabalho da senhora, isso é um procedimento da faculdade, é vocês que sabem o que vão fazer e eu também não assinaria nenhum documento sem eu conferir primeiro, então o que aconteceu foi isso, isso aconteceu sim, que a diretora do curso me ligou para relatar esse fato”. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado, momento em que o Senhor Presidente o (a) informou da lavratura deste Termo, que será assinado pelos membros da Comissão e será juntado aos autos junto com a Declaração assinada pelo (a) depoente.

O Senhor Presidente: _____

Vereador: _____

Vereador: _____

Vereador: _____

Vereador: _____



CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

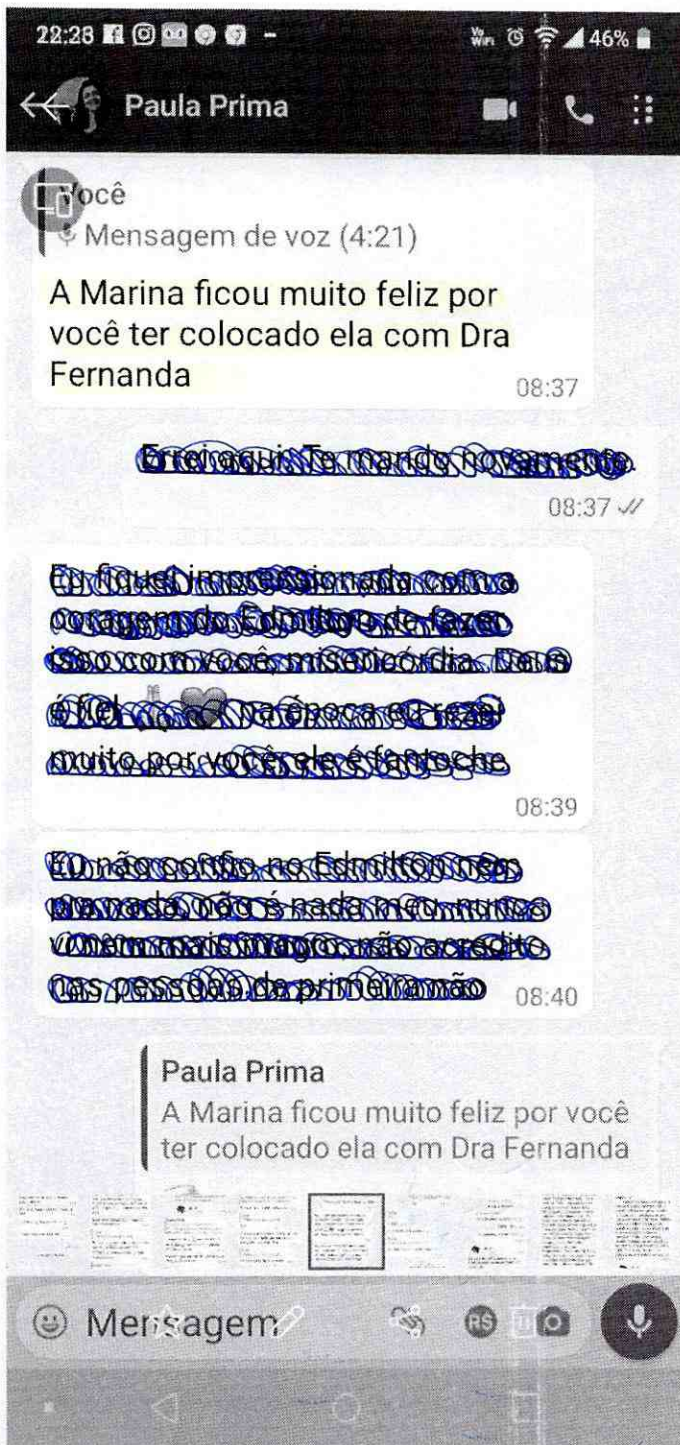


DECLARAÇÃO

Eu, ARON EFRÉN MENDES, para os devidos fins declaro que prestei depoimento à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Unai, Estado de Minas Gerais, no dia 17 de outubro de 2023, no âmbito da Representação n.º 01/2023, que investiga suposta perseguição em ambiente de trabalho, na qualidade de testemunha/informante.

O depoimento prestado será registrado na íntegra, com a respectiva transcrição nos autos do processo, podendo ser consultado nos canais eletrônicos oficiais da Câmara Municipal de Unai.

ARON EFRÉN MENDES

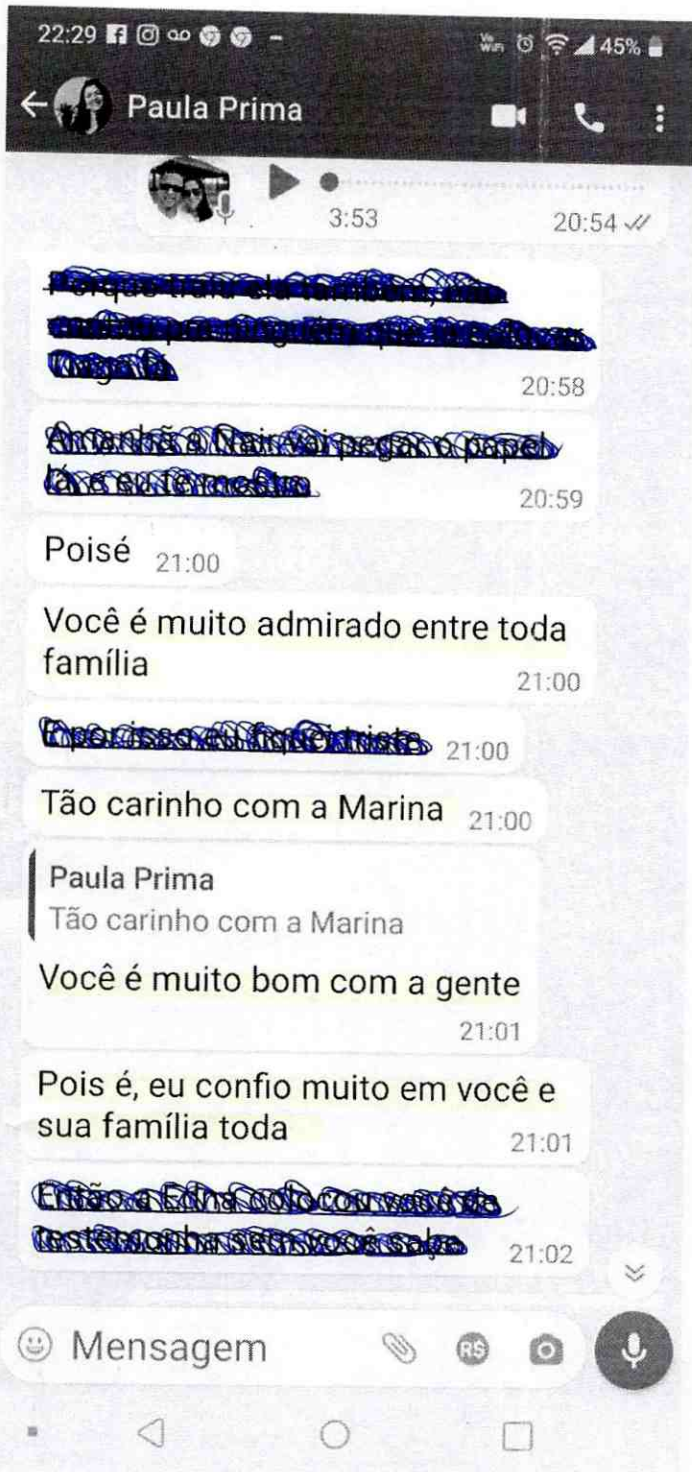


são cópias de conversas
 do meu telefone.
 União 17/10/2023
 Felicidade Puro!

DESPACHO

DOU CIÊNCIA
 INCLUA-SE NO EXPEDIENTE
 JONTE-SE

EM 17/10/2023
 [Signature]
 PRESIDENTE DA COMISSÃO



DESPACHO

DOU CIÊNCIA

INCLUA-SE NO EXPEDIENTE

SUITE-5G

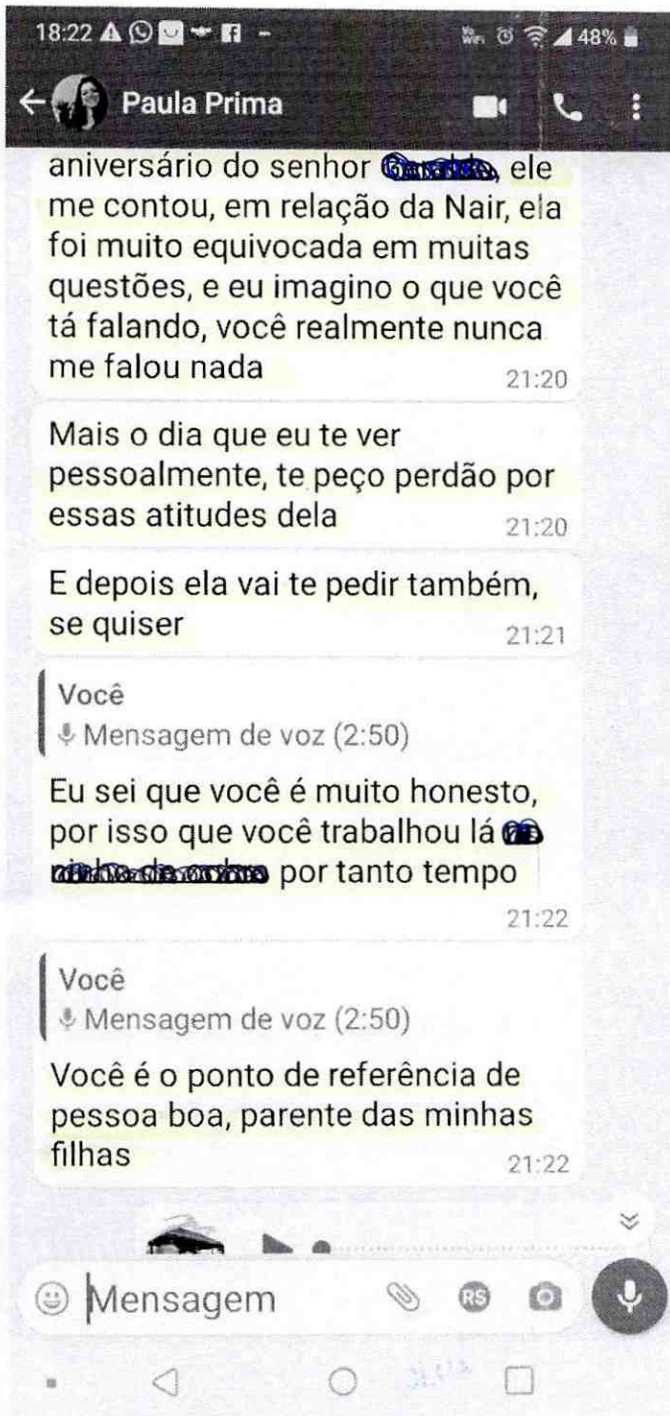
EM 17/10/2023

[Signature]

PRESIDENTE DA COMISSÃO

São cópias de conversas no meu telefone em Unai 17/10/2023

[Signature]



*são cópias de conversas do meu telefone.
União 17/10/2023
Ferreira*

DESPACHO

DOU CIÊNCIA

INCLUA-SE NO EXPEDIENTE

SCMIG-DE

EM 17/10/2023

[Signature]

PRESIDENTE DA COMISSÃO